

As políticas da Secretaria Nacional de Comunicação

AMARAL, Giovanna de Barros Espíndola
Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia
amaralgi@hotmail.com

Palavras chaves: Políticas de comunicação; comunicação pública

Introdução/Justificativa

A comunicação como política pública não possui no Brasil uma articulação teórica, e, da mesma forma, uma experiência consolidada. Os trabalhos existentes, produzidos por diferentes pesquisadores, restringem-se, na maioria das vezes, à história e à análise do marco regulatório das concessões de rádio e televisão e das telecomunicações no Brasil, onde as políticas clientelistas sempre dominam.

Por isso, a questão que consideramos de mais alta relevância nesta proposta é a do estudo Estado-sociedade pela perspectiva da comunicação, num movimento teórico de superação de uma visão técnico-instrumental dos processos comunicativos. Num quadro profundamente crítico àquela visão, cujo modelo opera reducionismos hoje inaceitáveis, o objetivo desta pesquisa é produzir ao menos um quadro criterial mínimo de referência à percepção da comunicação como política pública.

Para Rubim (2000), o enlace entre comunicação e política deve ser ressaltado por sua inscrição em um mundo submetido ao neoliberalismo e ao pensamento único, no qual a realização da democracia política e social torna-se sempre problemática. Por isso, defende, “compreender os atuais poderes da política e comunicação, suas mutações e conexões, suas inscrições na sociabilidade contemporânea passa a ser algo essencial, até mesmo para uma intervenção, que orientada por um horizonte radicalmente democrático, ganhe efetividade na crítica da sociedade capitalista e na construção de uma sociabilidade mais justa”.

Pretende-se, pois, verificar a concepção de comunicação que pragmaticamente emerge e até que ponto ela é percebida/praticada como política pública nas ações promovidas pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (Secom) e sua relação com o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), e como essa concepção especifica a relação Estado-sociedade. Ainda cabe questionar quais conflitos que estão envolvidos na conformação dos marcos regulatórios existentes e de outras políticas colocadas em prática.

Metodologia

De acordo com Eva Lakatus e Maria de Andrade Marconi (1985), a pesquisa científica se dá por meio da documentação e observação. No estágio atual trabalho, a metodologia aplicada até aqui na coleta e análise das informações se baseou em documentação indireta.

Segundo as autoras citadas a cima, a **documentação indireta** é realizada por meio de **pesquisa documental** (é uma fonte primária – como os arquivos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas – e pode ter diferentes tipos – tais como escrito, iconográfico, fotográficos, objetos, canções folclóricas, vestuário e folclore). Também utilizamos o material divulgado pelo site da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da república –

www.brasil.gov.br/emquestao, especificamente pelas publicações do boletim “Em questão”, nos meses de junho e maio.

Resultados e Discussão

A crise política desencadeada no mês de maio pela denúncia de esquema de corrupção nos contratos de licitações de publicidade dos Correios em maio deste ano e consequentes acusações do deputado federal Roberto Jefferson, sobre a suposta prática de mesada a políticos da base aliada, por meio do empresário Marcos Valério, proprietário das agências de publicidade DNA e SMP&B, envolveram o então secretário da Secom, que possuía status de ministro, Luis Gushiken e o sub-secretário Marcos di Flora, de modo que a estrutura da Secretaria foi desmontada, e atribuída a ela status de Subsecretaria de comunicação institucional e extinto o cargo de ministro, por meio da edição da medida provisória de número 259 de 21 de julho de 2005, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Infelizmente a crise em que envolveu a Secom afetou as entrevistas já agendadas. Ao todo, foram marcadas cinco entrevistas desde o início do primeiro semestre deste ano com o sub-secretário Marcus di Flora e o porta-voz da presidência da república André Singer, sendo todas desmarcadas posteriormente até a então demissão do sub-secretário e reestruturação da Secom. A respeito dos planos de comunicação (PGC e Pac) a informação era de que ainda há uma reestruturação destes planos.

À Gestão estratégia, que antes também era atributo da Secom, foi criado o núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A presidência da República passa a ser constituída pela Casa Civil, Secretaria-Geral, Secretaria de Relações Institucionais, Gabinete Pessoal e Gabinete de Segurança Institucional.

A Secom, destituída, é substituída pela Subsecretaria de Comunicação Institucional órgão da Secretaria – Geral da Presidência da República, no artigo terceiro da Medida provisória sendo suas atribuições, especialmente no primeiro e no sétimo item o, no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo, assessoramento sobre assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos.

O Artigo 12 da referida MP afirma que até que sejam aprovadas as estruturas regimentais dos órgãos essenciais e de assessoramento da Presidência da República são mantidas as estruturas, competências, atribuições, a denominação das unidades. Devido a esta garantia da medida provisória, segue-se a averiguação da Lei que instituiu a Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica.

Conclusão/Comentários Finais

Além das leis e decretos que instituem e estabelecem a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica seria necessário conhecer o plano de comunicação do governo (PCG) e suas políticas e diretrizes globais de comunicação, bem como os planos anuais de comunicação (Pac) e as políticas e diretrizes de comunicação social específicas de cada integrante do Sicom, estabelecidos anteriormente à crise, e dissolvidos durante o seu processo.

Os decretos são muito concisos e sucinto, referindo-se somente ao estímulo ao debate e a formulação das políticas públicas; um possível sinal de diálogo Estado/cidadão, o que é pertinente a uma das características da comunicação pública, como ressalta Signates (2003). A especificidade das políticas de comunicação no que se refere à publicidade, principalmente das ações desenvolvidas pelo governo, elucida a preocupação do Poder Executivo Federal, com a comunicação governamental, no conceito estabelecido por Matos (1997), como meios formais e legítimos de instituições públicas divulgarem informações de interesse do governo.

não diferenciação dos objetivos de comunicação, estabelecida pelos decretos, do governo de Fernando Henrique Cardoso e do atual governo petista, acentua a necessidade da fase empírica da pesquisa. Deste modo será possível averiguar até que ponto diferentes ideologias políticas alteram de fato as políticas de comunicação.

A pretensão era de que, partindo destas constatações, percorrêssemos as duas outras fases previstas no sub-projeto no qual a pesquisa se insere. Deste modo, poderíamos obter o conhecimento empírico da estrutura burocrático-administrativa da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, por meio do método de entrevistas não estruturadas junto aos sujeitos que determinam as políticas de comunicação, como o ex-ministro da Secom, os secretários da secretaria adjunta e com os que pertencem aos quadros de uma das instituições privadas de comunicação de Brasília. Assim não foi possível reconhecer os sujeitos em interação e percebidas as políticas efetivamente em funcionamento no quadro dessas estruturas.

Por isso, não foi possível sustentar uma crítica devidamente delineada ao pensamento existente, sendo possível averiguar o grau de democraticidade da comunicação que se estabelece nas políticas efetivamente adotados e até ponto ela poderá se configurar como pública. O que evidenciou neste quadro de crise, é a fragilidade das políticas de comunicação e o fato de elas primarem o marketing institucional.

Para Rubim (2000), as novas circunstâncias sociais e midiáticas apresentam-se como indispensável para demonstrar a insuficiência de alguns direitos consagrados pela modernidade, como os direitos de livre expressão e liberdade de imprensa. “Sem duvidar da importância destes direitos para a democracia, é necessário afirmar sua dificuldade em abarcar aspectos cruciais colocados em cena pela sociedade estruturada e ambientada pela comunicação”.

Referências Bibliográficas:

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria (1985) **Técnicas de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo, Atlas, 1996.

MATOS, Heloíza (1997) **Propaganda governamental e redemocratização no Brasil: 1985-1997**. Internet: <http://sites.uol.com.br/jorgealm/heloiza.html>

RUBIM, Antônio Albino Canelas (2000) **Comunicação e Política**. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

SIGNATES, Luiz (2003) **Políticas públicas de comunicação: alguns referenciais teóricos e práticos de um problema mais amplo do que se pensa**. Belo Horizonte: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2003.